

— BOLETIM —



MAIS LUTAS AGRÁRIAS



2025



EXPEDIENTE

Idealização

Fundação Lauro Campos e Marielle Franco

Coordenação e produção de conteúdo

Reynaldo Costa - Presidente do PSOL
Maranhão

Revisão

Samir Oliveira

Projeto gráfico

Monna Rodrigues de Souza

Adaptação para as redes e site

Pedro Chiquitti



DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE

Luciana Krebs Genro

VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Silva da Rocha

DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

Stenio Matheus de Moraes Lima

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

Mariana Costa Riscali

DIRETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS

Daniel Moraes Angelim

DIRETOR DE ESTUDOS, PESQUISA E FORMAÇÃO

Francisco Josué Medeiros de Freitas

DIRETOR DE ACERVO E MEMORIAL BIBLIOGRÁFICO

Henrique Iglecio Fernandes

DIRETOR DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Guilherme Prado Almeida de Souza



CONSELHO DE CURADOR

Presidente

Edson Miagusko

Membros Efetivos

Agatha Cristie Silva

Alexandre Varela

Beatriz Tenore Blanco

Bia Borges Ferraro

Fábio Nogueira De Oliveira

José Luis de Sampayo Torres Fevereiro

Maria Clara Melo Rodrigues

Maria Gracionice Barbosa Goncalves

Miguel Tadeu de Carvalho

Francisvaldo Mendes de Souza

Israel Pinto Dornelles Dutra

Marcus William Ronny Kollbrunner

Zaira Valeska Dantas da Fonseca

Zeneide Nazare Lima dos Santos

Membros Suplentes

Carolyne de Souza Sobrinho

Gabriela Silva Gomes

Jose Carlos Miranda

Júlio César Araujo das Neves

Mena Bianca Ferreira Paiva

Joyce Godinho da Silva Martins

Kleber Rosa de Souza

CONSELHO FISCAL

Presidente

Etienne Bento dos Santos

Membros Efetivos

Franklin Douglas Ferreira

Marilia Freire da Silva

Leandro Tavares Fontes Coutinho

Ricardo Azevedo Nespoli

Membros Suplentes

Alessandra Diana Luz Zilli

Lilian dos Santos Oliveira

Maria do Perpetuo Socorro Setubal Ferreira

APRESENTAÇÃO

Chegamos ao fim do segundo ano de publicação do Boletim Mais Lutas Agrárias, uma iniciativa que é fruto de uma parceria da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco com o PSOL Maranhão, presidido pelo companheiro Reynaldo Costa, militante do MST.

Semanalmente, apresentamos as notícias mais importantes sobre as lutas agrárias, os povos indígenas e as lutas ambientais no Brasil. Buscamos fazer do Boletim uma ferramenta para a militância do PSOL e para qualquer ativista interessado nas lutas dos povos tradicionais, por justiça no campo e em defesa do meio ambiente.





Neste agitado ano de COP30 no Brasil, vimos as contradições e as lutas pipocarem: por um lado, o avanço do agronegócio, das petroleiras e dos grandes empresários que destroem o meio ambiente; por outro, a resistência e as batalhas por direitos dos povos indígenas, quilombolas, sem-terras e movimentos sociais ecossocialistas e/ou ecologistas. Esse cenário foi retratado em nosso Boletim semanalmente: foram 47 edições publicadas, totalizando 416 notícias repercutidas. Destas, 172 estavam diretamente relacionadas com as questões agrárias e direitos humanos no campo; 190 colocavam as mudanças climáticas e o meio ambiente no centro; e 54 focavam no tema dos povos indígenas. Ao longo do ano, foram mais de 50 notícias que acompanharam a preparação e a concretização da COP30 no Brasil, enfatizando, em especial, as disputas em torno dessa Conferência.

Separamos as mais de 400 notícias veiculadas no Boletim Mais Lutas Agrárias em 8 eixos. Seleccionamos as notícias mais importantes e centrais para sobrevoar por um rápido balanço em torno destes eixos. São eles: COP30; povos indígenas; movimentos sociais no campo; agronegócio; povos quilombolas; dilemas da crise climática; petróleo; e, por último, PL da Devastação.

190

MUDANÇAS CLIMÁTICAS
E MEIO AMBIENTE

172

QUESTÕES AGRÁRIAS E
DIREITOS HUMANOS NO
CAMPO

54

POVOS INDÍGENAS

416

NOTÍCIAS EM 47 EDIÇÕES

50

COP30

COP30

A COP 30, que ocorreu em Belém, surgiu com uma agenda carregada de tensão entre simbolismo da Amazônia e desafios práticos para transformar discursos em ações concretas. Múltiplas contradições apareceram na construção dessa iniciativa, a iniciar pelo próprio local escolhido: o Pará, estado-sede, concentra uma forte contradição — responde por 34% de todo o desmatamento da Amazônia legal.



Foto: @oliveirinha

Além disso, ela aconteceu em uma conjuntura internacional complexa, com destaque para o elemento da ascensão de Donald Trump de volta ao poder nos Estados Unidos. Sua volta à presidência dos EUA acendeu alertas para a COP: a guinada da política ambiental americana — incluindo a saída do Acordo de Paris — dificulta os compromissos climáticos e pode minar o debate de financiamentos para os países em desenvolvimento. Esse contexto foi visto como um dos principais riscos para a ambição da COP 30.

Críticas internas sobre o modelo de desenvolvimento defendido pelo Brasil também levantaram tensões na preparação para a COP. A WWF alertou que a entrada do país na Opep — cartel de produtores de petróleo fóssil — representa uma aposta em uma matriz energética obsoleta, que colocou em risco a credibilidade do Brasil na COP. Para muitos ambientalistas, essa decisão reforçou preocupações de que a conferência pôde ser usada para promover interesses fósseis, em vez de impulsionar uma transição justa e eficaz para energias limpas.

Essas tensões levaram o Governo Federal e a presidência da COP a apostarem na repressão e na militarização em Belém, com a instalação de uma GLO. Isso não impediu, no entanto, que manifestações acontecessem e denunciassem a falta participação popular nas negociações e as decisões insuficientes que estavam sendo debatidas, com destaque para o papel cumprido pelo movimento indígena, que radicalizou os atos em defesa de seus direitos.

Paralelamente, a “Cúpula dos Povos” foi um dos pontos altos da mobilização social. Milhares de movimentos populares e organizações da sociedade civil participaram dessa iniciativa com reivindicações centradas na justiça climática, na transição energética e na participação dos povos mais vulneráveis no debate ambiental.

A COP 30 se configurou como um momento estratégico desde o início do ano para denunciar a falta de participação popular nas decisões sobre o futuro da classe trabalhadora. As contradições envolvidas na sua construção escancaram o imenso abismo entre discurso e prática. O seu balanço, ainda não concluído, aponta para mais um ano terminando sem ações que de fato vão à raiz do problema da crise ambiental, que é o capitalismo.

Confira notícias sobre a COP30 que repercutiram ao longo do ano:



Documento do agro para a COP 30 ignora saúde humana e desmatamento

o joio e o trigo



Foto: Wenderson Araujo/Trilux.

Retorno de Donald Trump à Casa Branca impacta planos da COP 30

CNN WWF

Presidente dos EUA planeja ampliar exploração de petróleo e gás para conter inflação

Entrada na Opep é aposta em modelo obsoleto de desenvolvimento



Foto: Agência Petrobras

Marina quer COP 'de resultados' no Brasil, em vez de evento festivo

Valor 25 ANOS

Ministra diz que encontro em Belém em novembro não deve ser tratado como 'Copa do Mundo' ou 'Olimpíada' e faz balanço positivo de sua gestão



A estrada construída para a COP30 em Belém que vai desmatar a Amazônia

BBC NEWS BRASIL



Foto: BBC / Paulo Koba

Belém corre para oferecer hospedagem aos visitantes da COP, mas não garante moradia aos próprios habitantes

SUMÁRIO

Na capital do Pará, quase 60% da população vive em favelas e moradores da periferia são expulsos pelas obras enquanto assistem à cidade receber bilhões de reais para se preparar para a cúpula do clima

Manifestação de ribeirinhos paralisa obra de avenida no Pará que gera divergências às vésperas da COP30

O GLOBO 100

Estrada de 13km corta a Área de Proteção Ambiental da Região Metropolitana (APA Belém) e passa próximo ao Parque do Utinga; grupo pleiteia indenizações

Sede da Cop30, Pará é o Estado que mais desmata floresta na Amazônia

DIÁRIO DO PODER

Ambientalistas alertam para escalada da repressão a protestos e temem "militarização" da COP30 em Belém



Foto: Info.Revolução

Na Agrizone da COP 30, os protagonistas serão os culpados pela crise ambiental

Evento da Embrapa na Conferência do Clima terá patrocínio de gigantes como Bayer, Nestlé e Syngenta, acusadas de práticas que aprofundam os danos socioambientais



'Falta vontade política de Lula', diz liderança indígena que parou a COP30

Após o protesto de sexta que fechou a entrada da COP, Alessandra Munduruku pede ao presidente Lula a revogação de um decreto e denuncia que hidrovias e a expansão da soja colocam o rio Tapajós em risco

REPÓRTER BRASIL

POVOS INDÍGENAS

Ao longo de 2025, os povos indígenas brasileiros protagonizaram uma série de lutas intensas, expondo as contradições entre retórica política, direito à terra e direitos sociais. Logo no começo do ano, lideranças Avá-Guarani denunciaram ataques a tiros em sua aldeia no Paraná: quatro pessoas ficaram feridas, entre elas uma criança de apenas quatro anos. A lentidão no processo de demarcação de terras foi apontada como fator que agrava o conflito fundiário.



No Pará, a disputa pela educação escolar indígena tornou-se símbolo da resistência. Indígenas protestaram contra uma lei estadual que privilegiava o ensino à distância, ocupando a Secretaria de Educação por mais de um mês. A mobilização resultou na revogação da medida, reafirmando a importância da educação presencial para comunidades onde a cultura, a língua e a territorialidade são inseparáveis.

Mesmo com esses avanços, os retrocessos legislativos seguem como ameaça constante. O movimento indígena reagiu com vigor à Lei 14.701/2023, conhecida como “lei do marco temporal”, que restringe o direito à demarcação das terras. Os Munduruku organizaram um bloqueio na BR-163, exigindo a revogação da lei e o fim de uma mesa de conciliação no STF que consideram ilegítima. Essa mobilização repercutiu nacionalmente, alimentando protestos e articulações políticas.

A violência física, infelizmente, tem acompanhado muitas dessas disputas. Em março, o indígena Pataxó Vitor Braz foi assassinado na Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal, em um ataque com disparos atribuído a pistoleiros. O Conselho de Caciques Pataxó denunciou que a operação policial na aldeia foi retaliação à luta territorial. Há ainda relatos de operações militares e prisões arbitrárias nas retomadas Pataxó, o que reforça o clima de terror nas comunidades.

Paralelamente, os povos seguem combatendo o financiamento de projetos econômicos que violam seus territórios. Um exemplo é a denúncia de que a Caixa Econômica, o BNDES e outros bancos financiaram uma empresa agropecuária sobre a Terra Indígena Guajajara, gerando ainda mais pressão sobre demarcações já vulneráveis. Somado a isso, há resistência contínua ao marco temporal: lideranças Munduruku, em carta oficial, exigiram ser ouvidas e reafirmaram que não abrirão mão de seus direitos mesmo diante das ameaças.

Em síntese, a trajetória do movimento indígena em 2025 foi de luta e resistência, demonstrando a combatividade dos povos originários. Entre ocupações, protestos e denúncias, os povos originários reafirmam seu protagonismo e exigem a efetivação de direitos à terra, à educação e à vida. Esse cenário, no entanto, revela o aprofundamento da violência contra os povos indígenas e a ameaça a seus direitos.

Confira notícias sobre os povos indígenas que repercutiram ao longo do ano:



Líder de aldeia cobra governo após ataque a tiros ferir quatro indígenas no PR: 'Foram avisados de que corríamos risco'

O GLOBO 100

Karai Okaju avalia que lentidão no processo de demarcação de terra agrava conflito fundiário e prejudica a preservação dos direitos dos povos originários no Oeste paranaense

A luta dos indígenas é um exemplo para o país

Ocupação da Secretaria de Educação de Pará enfrenta governo em defesa da educação indígena

esquerda em

movimento



Entre territórios e salas de aula: luta indígena pela educação presencial no Pará expõe contradições da sede da COP30

PLANETA

Protestos contra a Lei 10.820/2024 destacam a importância da educação territorializada para a preservação cultural, ambiental e a autodeterminação dos povos indígenas



Foto: Agência Gov | Via Ministério da Educação

Pataxó é assassinado na Terra Indígena Barra Velha enquanto lideranças reivindicam demarcação em Brasília

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Assassinato ocorre no dia em que 300 indígenas Pataxó e Tupinambá estão na capital federal para participar de audiência pública sobre demarcação de suas terras



Foto: Tiago Miotto | Cimi

Povo Munduruku mantém bloqueio de rodovia contra lei 14.701 e divulga carta: “queremos o fim da mesa de conciliação do STF”

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Conciliação conduzida pelo ministro Gilmar Mendes no STF retoma atividades nesta semana, mesmo sem indígenas; em manifestação na BR-163, povo Munduruku pede revogação da lei e fim da mesa

Governo da Bahia usa tropa e até balaclava em ação contra os Pataxó

Indígenas relatam tiros, agressões e ameaças de morte em ação que prendeu ao menos 20 pessoas do povo Pataxó; Polícia Civil da Bahia diz que atuou contra grupo criminoso que espalha terror contra produtores rurais

REPÓRTER BRASIL



Foto: Leandro Barbosa/Repórter Brasil

Caixa, BNDES e Banco CNH financiam empresa em terra indígena dos Guajajara no MA

REPÓRTER BRASIL

Regras do Banco Central vedam empréstimos para fazendas sobrepostas a terras indígenas homologadas, mas normas protetivas do banco não incluem áreas já declaradas - como a Terra Indígena Bacurizinho, no Maranhão - ainda em fase final de regularização fundiária

Com financiamento milionário do Banco do Brasil, empresa ligada a “bet” desmatou terras indígenas no Maranhão

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

No Matopiba, frente de expansão da fronteira agrícola sobre o Cerrado, empresas beneficiam-se de estagnação nas demarcações e de licenciamentos ambientais para avançar sobre terras indígenas

Sob ataque de pistoleiros, Guarani Kaiowa retomam área de agropecuária para cobrar demarcação e combater a fome o joio e o trigo

Marco Temporal: minuta de Lei representa grande ataque aos direitos indígenas

GREENPEACE

MOVIMENTOS DE LUTA PELA TERRA

Em 2025, a luta pela terra no Brasil continuou marcada por episódios de violência e resistência, com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) reforçando sua presença nas mobilizações mais intensas. Em janeiro, por exemplo, aconteceu um episódio chocante em Tremembé (SP): grileiros atacaram um assentamento do MST armado, gritando “mata tudo, mata todo mundo”. O confronto resultou em dois mortos e seis feridos.



Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

No ano, o MST lançou sua tradicional “Jornada de Lutas” em diversos estados. Segundo relatos do próprio movimento, mais de 20 mobilizações foram organizadas, exigindo reforma agrária, acesso à terra e denúncia das desigualdades de posse fundiária que persistem no Brasil. Um dos focos dessas ações foi Goiás, onde cerca de 500 famílias ocuparam a Fazenda São Paulo, uma propriedade que, segundo o MST, foi comprada ilegalmente e estaria ligada a casos de trabalho escravo.

Além da ocupação, o movimento também realizou um ato político no acampamento Valmir Mota Keno, em Água Fria de Goiás, denunciando não apenas a grilagem de terras públicas, mas também a exploração de trabalhadores pelo agronegócio. Esse tipo de mobilização mostra como a luta pela terra no Brasil não é apenas por espaço para produzir, mas por dignidade, justiça social e direito à produção de alimentos saudáveis em comunidades vulneráveis, alimentando protestos e articulações políticas.

No entanto, apesar dessas ações combativas, a reforma agrária vem avançando muito lentamente. Líderes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) criticam a falta de vontade política do governo e afirmam que o processo segue “a passos de tartaruga”, especialmente por conta das pressões do Congresso. Essa lentidão contrasta com a urgência das demandas populares por terra e reflete uma tensão profunda entre os ideais da reforma agrária e os obstáculos institucionais que continuam a bloquear mudanças estruturais.

Confira notícias sobre os movimentos de luta por terra que repercutiram ao longo do ano:

‘Mata tudo, mata todo mundo’: a história do ataque de grileiros ao MST em Tremembé

BdF

Entenda a cronologia dos fatos envolvendo o ataque que matou dois e feriu seis sem-terra no interior paulista

MST ocupa área de fazenda denunciada por trabalho escravo em Goiás

Segundo movimento, a área é terra pública adquirida de forma ilegal por fazendeiro condenado pela Chacina de Unai



Foto: Comunicação do MST

MPL realiza Jornada de Lutas em diversos estados

Movimento Popular de Luta (MPL) realizou mobilizações por terra, trabalho e moradia no Mato Grosso do Sul, Alagoas, Paraná e São Paulo

esquerda em
movimento



Governo teme enfrentar Congresso e reforma agrária anda a ‘passos de tartaruga’, diz presidente da CPT

REPÓRTER
BRASIL

Em entrevista durante o 5º Congresso Nacional da Comissão Pastoral da Terra, organizado em comemoração aos 50 anos da entidade, o bispo Dom José Ionilton de Oliveira, presidente da CPT, fala sobre a falta de disposição do governo em defender a reforma agrária e sobre as dificuldades enfrentadas por movimentos sociais e setores progressistas da Igreja Católica

AGRONEGÓCIO

O agronegócio brasileiro seguiu ampliando sua influência — e com isso crescem também os riscos ambientais e sociais. No governo Lula, por exemplo, houve um recorde na liberação de agrotóxicos em 2024, com 663 “componentes e afins” aprovados, segundo dados do Ministério da Agricultura. Alguns desses produtos foram classificados por órgãos ambientais como “altamente perigosos” para o meio ambiente.



Esse modelo agrícola baseado em insumos químicos não se restringe a plantações convencionais: pesquisas mostram que os agrotóxicos estão “se espalhando por lugares intocados”, como áreas protegidas. Isso evidencia a difusão de resíduos tóxicos mesmo longe das lavouras, o que reforça preocupações quanto à biodiversidade e à contaminação ambiental de longo prazo.

Além disso, há relatos gravíssimos de que o agronegócio tem usado essas substâncias como armas químicas em conflitos de terra. O relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT) revela que em 2024 mais de 17 mil famílias, incluindo indígenas, quilombolas e assentados, foram vítimas de pulverizações ilegais — muitas vezes por avião ou drone.

Outro ponto central de avanço do agronegócio é o desmatamento: um estudo recente do MapBiomas indica que mais de 97% do desmatamento no Brasil nos últimos anos se deve à pressão dos grandes ruralistas. Esse desmatamento está muito concentrado nas “fronteiras agrícolas”, sobretudo no Cerrado, onde ecossistemas estão sendo destruídos e comunidades destituídas de seus meios de vida em nome do avanço do agronegócio.

Por fim, essas dinâmicas mostram que o agronegócio no Brasil não é apenas uma fonte de riqueza econômica, mas um poder político que molda leis, regulações e práticas produtivas. A confluência entre lobby no Congresso, profunda ligação dos ruralistas com a extrema direita e com o Centrão, a liberação acelerada de defensivos químicos, e concentração de desmatamento revela uma teia complexa de interesses que desafia a transição para uma agricultura mais justa, saudável e ambientalmente equilibrada, como os movimentos de luta por reforma agrária demonstram ser possível.

Confira notícias sobre o agronegócio que repercutiram ao longo do ano:

Governo Lula eleva liberação de agrotóxicos e bate recorde em 2024

Foram 663 aprovações, maior número anual desde 2000; em 2 anos, 3º mandato do petista ultrapassou 50% do total sob Bolsonaro



20 anos da Lei dos transgênicos e um país em insegurança alimentar e ambiental

LE MONDE
diplomatie
BRASIL

Vigente desde 2005, legislação prometia matar a fome da população com a liberação de transgênicos. A realidade tem sido outra

Lobby de ultraprocessados uniu agro, varejo e indústria contra ‘imposto do pecado’

Estudo mostra como lobby atuou no Congresso para não só incluir produtos ultraprocessados na cesta básica, zerada de impostos, mas também para evitar a tributação extra a itens prejudiciais à saúde, prevista na reforma tributária



Agrotóxicos estão espalhados por lugares intocados em áreas de proteção, aponta estudo



Foto: ICMBIO

Mais de 97% do desmatamento no Brasil nos últimos anos é resultado de pressão do agronegócio, aponta estudo

Quatro dos cinco estados mais desmatados em 2024 estão em área de fronteira agrícola



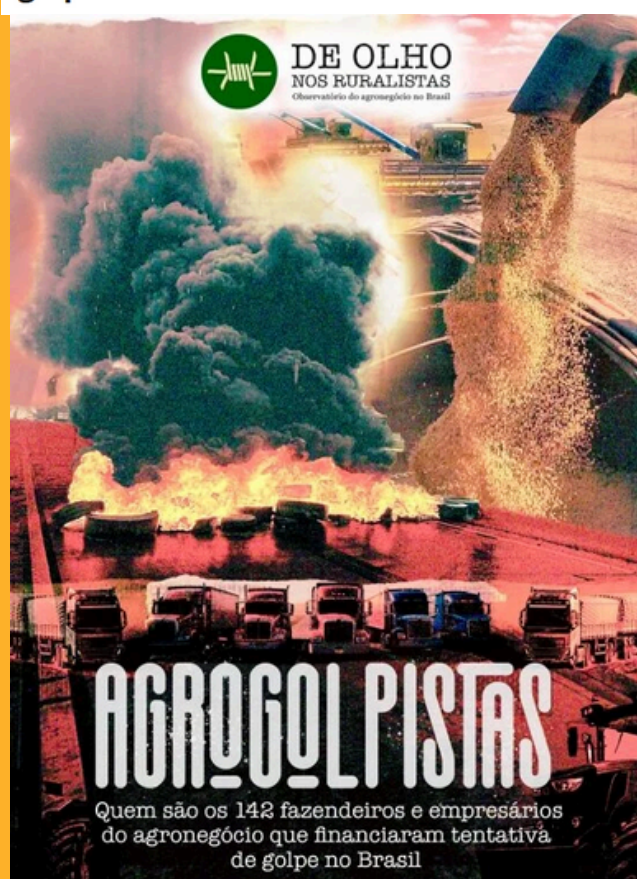
Foto: Adriano Gambarini/WWF Brasil

Invasão Zero ensina táticas de violência contra indígenas e sem-terra em fórum na Bahia



Investigado pela PF por suspeita de formação de milícia, Movimento Invasão Zero defende autodefesa armada e ensina como fazer ataques sem gerar provas; movimento tem apoio de parlamentares da extrema direita e intensifica ofensiva contra Reforma Agrária

Estudo identifica 142 empresários do agronegócio envolvidos em tentativa de golpe



Governo promete agroecologia no Pronaf, mas banca pecuária, que desmata Amazônia



Apesar das novas linhas agroecológicas, levantamento mostra que a maior parte do crédito rural para agricultura familiar do Plano Safra financiou um setor de alto impacto ambiental nos últimos 30 anos



Sozinho, agro brasileiro emite mais que qualquer país da América do Sul

Brasil tem 238 milhões de cabeças de gado, contra 214 milhões de pessoas. Resultado disso é uma pecuária altamente emissora de metano, gás ainda mais potente para o aquecimento do planeta do que o dióxido de carbono.

INFOAMAZONIA

POVOS QUILOMBOLAS

Os quilombolas têm sido vítimas de violência e intimidação crescente em 2025, especialmente no Maranhão e no Pará, onde o agronegócio avança sobre seus territórios: fazendeiros grileiros destroem vegetação, ameaçam famílias e expulsam comunidades para expandir monocultivos.



Foto: Gustavo Bezerria/PT na Câmara

No Pará, comunidades quilombolas do Marajó denunciaram uma repressão policial severa durante protestos contra o aumento das tarifas do transporte hidroviário. A brutalidade dos agentes – com bombas de efeito moral, balas de borracha e spray de pimenta – expõe a contradição entre a retórica de sustentabilidade usada pelo estado anfitrião da COP 30 e a violência praticada contra os povos tradicionais. Confira notícias sobre povos quilombolas que repercutiram ao longo do ano:

Um caso exemplar chama a atenção: o procurador federal Ezequiel Xenofonte Júnior, do DNIT, foi condenado em 2023 por ameaçar Antônia Cariongo, uma liderança quilombola, mas segue no cargo, recebendo salário alto e respondendo judicialmente por sobreposição de terras com a comunidade do Quilombo do Cedro. _Esse caso demonstra a intersecção de instituições do estado brasileiro com os interesses de forças anti-ambientais e que ameaçam a vida das comunidades tradicionais.

Agronegócio amplia violência contra quilombolas no Maranhão para plantar soja

Brasil  Popular



Quilombolas do Marajó denunciam repressão policial e expõem hipocrisia do Pará na COP 30

Tapajós de Fato

Documento foi construído como uma reação à violência policial que manifestantes sofreram durante manifestação pacífica pela redução dos preços abusivos do transporte hidroviário que atende Salvaterra e Soure.

Condenado por ameaçar liderança quilombola, procurador do Dnit segue livre e no cargo

Antonia Cariongo venceu ação contra Ezequiel Xenofonte Júnior, que acumula denúncias de destruição de casas, envenenamento de fontes e uso de força policial contra quilombolas

esquerda em  ovimento



DILEMAS DA CRISE CLIMÁTICA

A crise climática apresenta dilemas profundos que vão além da simples migração para “energias limpas”: ela expõe tensões entre desenvolvimento, justiça social e limites ecológicos. Um exemplo concreto vem da educação: em temperaturas extremas, acima de 38 °C, o cérebro humano “desliga” parte de sua capacidade de raciocínio para preservar o conforto fisiológico, o que compromete o desempenho escolar. Segundo reportagem do Repórter Brasil, reproduzida no Boletim Mais Lutas Agrárias, em salas de aula não climatizadas, isso pode gerar perdas de aprendizagem de até 50%.



Foto: Monna Rodrigues/FLCME

Outro dilema reside na noção de “renovável limpo”: na Bahia, comunidades relatam que parques eólicos e solares impõem graves impactos socioambientais. Movimentos sociais e especialistas apontam para contratos abusivos, destruição de vegetação local, falta de consulta às populações tradicionais e uma apropriação privada de terras públicas, revelando que a

“transição energética” pode encobrir novas formas de desigualdade.

Além disso, a expansão de infraestrutura digital também coloca novas tensões no horizonte climático. No Rio Grande do Sul, por exemplo, um projeto de “cidade de data centers” poderá consumir 4,75 GW de energia, cifra maior que a de importantes hidrelétricas.

Finalmente, há também uma disputa ideológica sobre mecanismos financeiros supostamente sustentáveis. O Fundo de Financiamento para Florestas Tropicais (TFFF), proposto como solução para preservar biomas, é criticado por movimentos como o MST como uma “fantasia do capitalismo verde”: eles argumentam que pode representar mais um polo de especulação, canalizando lucros para os mesmos agentes que promovem a destruição.

No plano teórico, o militante da IV Internacional Michael Löwy e outros ativistas e intelectuais seguem propondo o ecossocialismo como uma alternativa estrutural à crise: não basta adaptar o capitalismo — é necessário um novo modo de civilização, baseado na produção democrática, na propriedade coletiva e na sustentabilidade. Essa visão reforça que a solução climática deve ser mais do que tecnológica: precisa passar por uma revolução no sistema político, econômico e cultural que vivemos. Em suma, a crise climática não oferece soluções simples: cada alternativa que não vai até a raiz dos problemas – desde a energia renovável até os fundos florestais – traz consigo riscos de injustiça social, pressão sobre comunidades vulneráveis ou reforço de lógicas extrativistas.

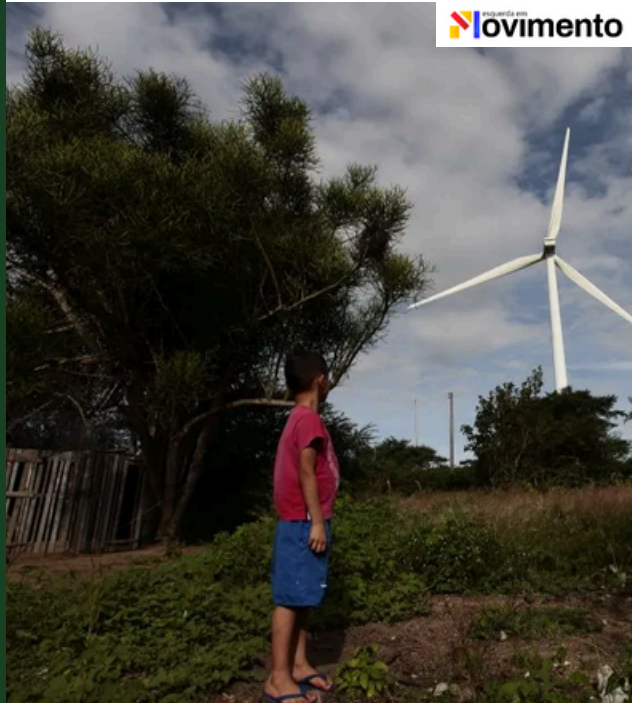
Confira notícias sobre esses dilemas que repercutiram ao longo do ano:



Entre turbinas e painéis: a face oculta da energia renovável

Degradação ambiental e violações de direitos das comunidades tradicionais na expansão de parque eólicos e solares

esquerda em
movimento



Ecosocialismo é a resposta para catástrofes ambientais, diz filósofo Michael Löwy

BdF

O pensador marxista Michael Löwy deu entrevista exclusiva para o Clube de Aforismos em parceria com Brasil de Fato

Como estudar no calor extremo? Cérebro diminui raciocínio para buscar conforto

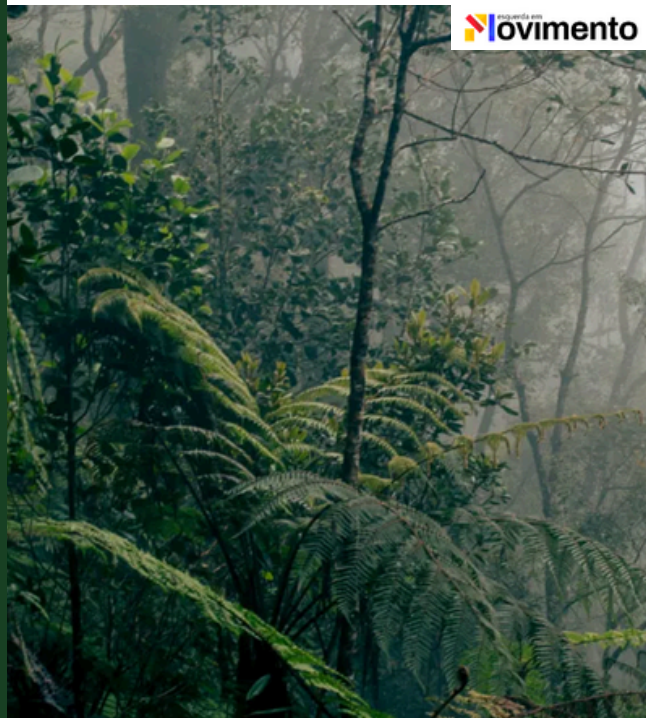
REPÓRTER
BRASIL

Calor extremo afeta alunos e professores e compromete desempenho escolar; estudo mostra perdas na aprendizagem de até 50% maiores quando a temperatura passa os 38°C

Fundo de Financiamento para Florestas Tropicais: a nova fantasia financeira do colapso climático

O TFFF é concebido como um mecanismo que monetiza os serviços ecossistêmicos das florestas

esquerda em
movimento



PETRÓLEO

A exploração de petróleo na Foz do Amazonas representa um dos dilemas mais agudos da crise climática brasileira — especialmente no contexto da COP 30. Há uma forte pressão política e econômica para avançar em novos leilões de blocos petrolíferos justamente nessa região sensível. E o governo começou a “passar a boiada” ao iniciar o processo de venda de 47 blocos na bacia amazônica, incluindo o bloco 59, mesmo sob risco socioambiental elevado.



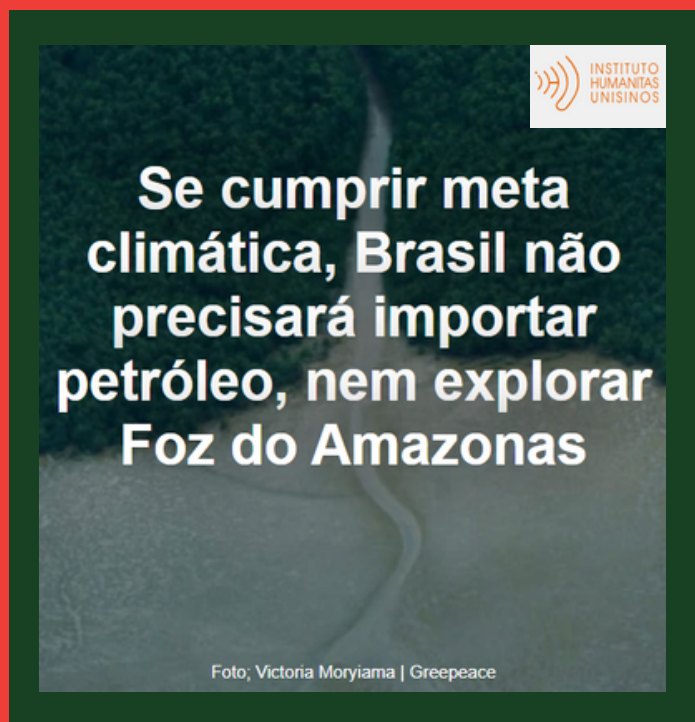
Foto: Menna Rodrigues / FLOMF

Esse movimento parece destoar do discurso oficial de transição energética. Enquanto o Brasil se apresenta como líder climático, a exploração na Amazônia costeira sugere uma aposta em combustíveis fósseis — algo difícil de conciliar com metas de descarbonização. De forma ainda mais contraditória, o presidente da COP 30 diz não ver contradição entre apoiar a extração de petróleo e, ao mesmo tempo, advogar pela agenda ambiental global.

Do ponto de vista técnico, existe base para contestar essa expansão. Uma análise da InfoAmazônia concluiu que, se o Brasil cumprir suas metas climáticas, não precisará explorar novas reservas na Foz do Amazonas para manter sua autossuficiência em petróleo — ou seja, não há sentido em abrir novas fontes de extração de petróleo.

Os riscos ambientais e sociais também são enormes. A exploração no bloco 59, segundo relatórios do Ibama e de organizações como a Anistia Internacional, pode afetar manguezais, recifes e comunidades ribeirinhas e indígenas que habitam a foz do rio. A “porteira” aberta para esse leilão pode desencadear um impacto amplo e duradouro na Amazônia costeira. Em síntese, o petróleo na Foz do Amazonas é um espelho dos dilemas da crise climática: combina risco ambiental, tensão entre discurso e prática política, e uma aposta arriscada que pode minar a própria credibilidade climática do Brasil, demonstrando que ele, sob direção do governo Lula, segue preso ao velho modelo do capitalismo fóssil.

Confira notícias sobre o petróleo que repercutiram ao longo do ano:



‘Árvores fake’ são a nova invenção antiecológica do governo do Pará para receber a COP30

A cidade que sediará o evento do clima da ONU em novembro construiu novas avenidas que aumentaram o desmatamento e violaram direitos da população. Para ‘melhorar’ a arborização, usou árvores de metal

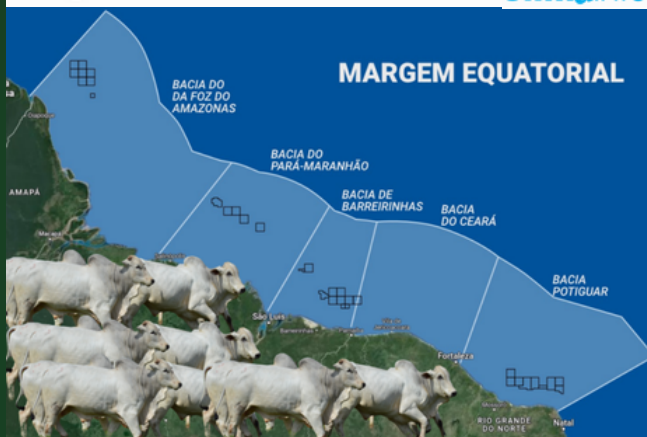


Foto: Marcio Nagano/SUMAÚMA

A “boiada do petróleo” passa na foz do Amazonas

Oferta de blocos amazônicos no leilão da ANP contradiz frontalmente desejo de Lula de protagonizar agenda global de transição energética

clima**info**



Estudo aponta riscos na exploração de petróleo na foz do rio Amazonas

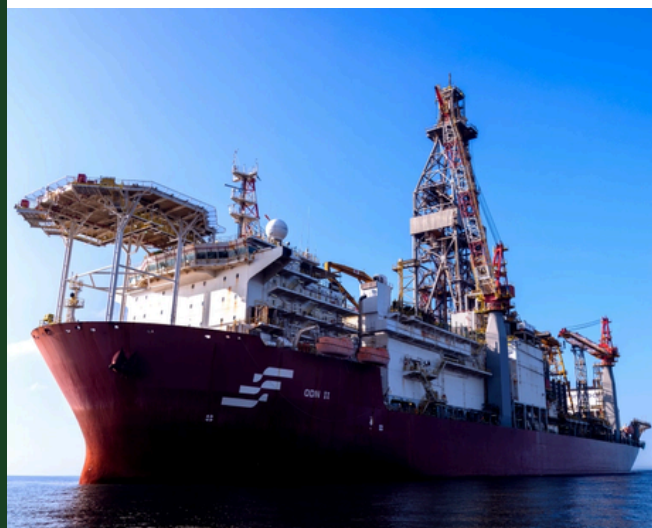


Foto: Agência Petrobras

Brasil bate recorde de acidentes na exploração de petróleo no mar

Números mostram preocupação com segurança operacional, umas das principais dúvidas para liberação da exploração na foz do Amazonas

movimento



Leilão de petróleo sabota esforço do Brasil para a COP30

Ação motivou protestos de ativistas socioambientais e lideranças indígenas no Rio de Janeiro e em Bonn, durante conferência preparatória decisiva para reunião de Belém

SUMMIT



Foto: Enrico Marone/ARAYARA

PL DA DEVASTAÇÃO

O chamado “PL da Devastação” (PL 2.159/2021) representa um dos marcos mais preocupantes para a proteção ambiental no Brasil. Em maio de 2025, o Senado aprovou o projeto por 54 votos a 13, abrindo caminho para flexibilizar drasticamente o licenciamento ambiental. Entre as mudanças mais críticas está a criação da Licença por Adesão e Compromisso (LAC), que permite que empreendimentos de impacto médio sejam licenciados automaticamente por autodeclaração, sem estudos técnicos prévios.



Foto: Lucas Landau – Instituto Socioambiental

A disputa em torno desse PL se deu a quente ao longo do ano: povos indígenas de 14 aldeias bloquearam a BR-101 em protesto, denunciando que o PL retira garantias de consulta e aumenta ameaça aos seus territórios. A nossa deputada federal Célia Xakriabá sintetizou a lei como “a morte dos nossos territórios ancestrais”, pois desconsidera áreas indígenas ainda não demarcadas.

Comunidades tradicionais pesqueiras também se mobilizam contra o PL. Mais de 145 organizações – através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – lançaram uma nota pública afirmando que a flexibilização do licenciamento ameaça os modos de vida dos pescadores artesanais e flexibiliza a proteção de manguezais e áreas costeiras.

As críticas jurídicas também são contundentes: segundo a CPT, o projeto é inconstitucional porque praticamente elimina a necessidade de estudos de impacto ambiental (EIA/RIMA) em muitos casos, fragiliza conselhos ambientais (como o CONAMA) e reduz a participação técnica e social nas decisões. Além disso, existe preocupação de que a nova legislação abra uma “porteira escancarada” para grandes projetos de mineração, agronegócio e infraestrutura, com riscos enormes para o clima, povos tradicionais e biomas.

Em síntese, o PL da Devastação, mesmo tendo tido artigos vetados pelo presidente Lula, fragiliza instrumentos de prevenção, reduz a participação social e favorece interesses econômicos em detrimento da proteção dos territórios e da biodiversidade.

Confira notícias sobre o PL da Devastação que repercutiram ao longo do ano:

‘PL da Devastação’ aprovado no Senado: o que muda no licenciamento ambiental?

Aprovado no Senado, PL 2.159/2021 volta para a Câmara dos Deputados e, se aprovado, vai para sanção do presidente Lula (PT); Ministério do Meio Ambiente diz que projeto de lei “representa risco à segurança ambiental e social no país” e “afronta a Constituição Federal”



Indígenas de 14 aldeias bloqueiam BR-101 contra suspensão de demarcações e PL da Devastação

O PL 2159/2021, conhecido como PL da Devastação, propõe a simplificação das regras de licenciamento ambiental



‘PL da Devastação’ acende alerta sobre mineração para indústria tech



MAIS DE 145 ORGANIZAÇÕES DA PESCA ARTESANAL E ALIADAS LANÇAM NOTA CONTRA PL DA DEVASTAÇÃO



Lula sanciona 'PL da Devastação' com 63 vetos, mas mantém regra pró-petróleo na foz do Amazonas

Presidente Lula anunciou 63 vetos na nova Lei de Licenciamento Ambiental, chamada de 'PL da Devastação' por ambientalistas, por enfraquecer a legislação ambiental; Lula manteve a Lei da Mata Atlântica, limitou o autolicensingamento e garantiu os direitos dos povos tradicionais nos processos de licenciamento



Mobilização nacional de pescadores protesta contra PL da Devastação: 'Sem território não tem vida'

Comunidade vai se reunir em mobilização nacional prevista para esta terça (8), com protesto em frente ao Congresso

BdF



Foto: Joédson Alves/Agência Brasil





FUNDAÇÃO
LAURO CAMPOS e
MARIELLE FRANCO
PSOL



— BOLETIM —

MAIS LUTAS AGRÁRIAS